

AS DIMENSÕES DA MUDANÇA NO USO DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM PORTUGUÊS EUROPEU

Carlos A. M. Gouveia

Antes de começar, deixem-me trazer aqui uma nota pessoal: a minha primeira participação num evento na Faculdade de Letras do Porto foi há cerca de 20 anos atrás, no encontro de homenagem ao professor Óscar Lopes, era eu um jovem licenciado a começar a interessar-se pelas coisas da linguística. Nessa altura, eu não sabia quem era Fernanda Irene Fonseca e regressei a casa a continuar a não saber quem era Fernanda Irene Fonseca. Mas recordo-me que durante muito tempo falei com colegas sobre uma comunicação que me tinha entusiasmado muito no referido encontro, por ser em simultâneo uma excelente comunicação científica e uma excelente homenagem pessoal. Só descobri que a autora dessa comunicação, cujo nome eu apagara da minha mente, era a professora Fernanda Irene Fonseca quando, depois de já ter lido várias das suas publicações e já saber, portanto, quem era a Prof^a Fernanda Irene, descobri uma referência àquela apresentação, assim identificando a sua autora. A Professora Fernanda Irene foi, assim, uma referência na minha vida profissional, académica mesmo quando eu não sabia ainda quem era a Professora Fernanda Irene e continuou a ser uma referência mais tarde, quando, e a Professora que perdoe a impertinência da formulação, me tornei membro da família Fonseca, não dos orientandos, mas dos arguidos em provas públicas pelos FONSECAS (a professora Fernanda Irene Fonseca no mestrado, o professor Joaquim Fonseca no doutoramento).

É, portanto, com muito prazer que aqui estou a dar-lhe conta da minha admiração. Mas como me faltam as capacidades da homenageada, a minha comunicação não será, como a sua para Óscar Lopes, a melhor das homenagens, será apenas uma comunicação, essa sim se não boa, pelo menos interessante, eu espero, cuja funcionalidade aqui pretende ser sobretudo a de dar conta do meu apreço, da minha admiração e da minha dívida para com a Professora Fernanda Irene Fonseca. Nada mais. Bem haja.

Esta apresentação tem como objectivo dar conta de alguns aspectos envolvidos no uso das formas de tratamento em português europeu, que nos permitem falar de um fenómeno de mudança ao nível da sua expressão. Algumas das dimensões dessa

mudança, que procurarei descrever e problematizar ao longo desta apresentação, decorrem de factores gerais de mudança social de nível mundial, ou global, se preferirem, que em Portugal se manifestam de uma forma particular. Efectivamente, em razão das rápidas transformações que o mundo sofre, Portugal incluído, e das políticas de globalização, muitas das formações sociais dadas como definitivas têm sido quebradas e alteradas. Metamorfoseando-se em formações novas e diferentes, delas resultam mudanças na produção discursiva e nas relações sociais, causadas não apenas pela rápida apropriação de fluxos de discursos, imagens, textos, pessoas e práticas culturais, mas também pela constante re-estruturação de práticas e processos sociais, em que se articulam valores e expressões de identidade desvinculadas de qualquer sentido essencialista ou tradicional.

Mas deixem-me, antes de mais, começar com um exemplo, anedótico, é certo, mas nem por isso menos certo na sua pertinência exemplificativa relativamente às questões que pretendo trazer à vossa consideração. Trata-se de uma anedota que tem circulado por correioelectrónico, uma das tantas que proliferam o ciberespaço, nessa nova prática discursiva e social que é a partilha de humor na comunicação mediada por computador. Começa assim:

O Director Geral de um Banco estava preocupado com um jovem brilhante Director, que, depois de ter trabalhado durante algum tempo junto dele, sem parar nem para almoçar, começou a ausentar-se ao meio-dia. Então o Director Geral, chamou um detective privado do Banco: “Siga o Director Abreu durante uma semana, não vá ele andar a fazer algo sujo.”

O detective, após cumprir o que lhe havia sido pedido, voltou e informou: “O Director Abreu sai normalmente ao meio-dia, pega no seu carro, vai a sua casa almoçar, faz amor com a sua mulher, fuma um dos seus excelentes cubanos e regressa ao trabalho.”

Responde o Director Geral: “Ah, bom, antes assim. Não há nada de mal nisso.”

Logo de seguida, o detective pergunta: “Desculpe. Posso tratá-lo por tu?”

“Sim, claro”., respondeu o Director, surpreendido!”

“Bom, então vou repetir:”, disse o detective. “O Director Abreu sai normalmente ao meio-dia, pega no teu carro, vai a tua casa almoçar, faz amor com a tua mulher, fuma um dos teus excelentes cubanos e regressa ao trabalho.”

Sem me deter nos aspectos do funcionamento textual da anedota, porquanto não foi essa a motivação para a sua enunciação aqui, diria que o sucesso da mesma é produto da sua ancoragem no momento histórico, social e linguístico presente. Com

isto quero dizer que esta mesma anedota não funcionaria há algumas dezenas de anos atrás, já que aquilo que pareceu natural hoje, e que é a garantia do seu sucesso discursivo-pragmático, o tratamento pronominal de 3ª pessoa verbal, manifestado no uso dos pronomes possessivos *seus, sua e seus*, não seria porventura tão natural como é hoje. Efectivamente, seria mais esperado ou o tratamento pronominal de 3ª pessoa verbal mais formal, *V. Ex^a*, como em “O Director Abreu sai normalmente ao meio-dia, pega no carro de V. Ex^a, vai a casa de V. Ex^a almoçar...” ou a forma de tratamento nominal que lhe está associada, *O Senhor*, e suas construções possessivas correspondentes, como em “O Director Abreu sai normalmente ao meio-dia, pega no carro do Senhor, vai a casa do Senhor almoçar...”, o que, como é óbvio, destruiria por completo a anedota.

Entre um momento e o outro, entre o presente e o passado de algumas dezenas de anos atrás, o que temos, para parafrasear as palavras de Giddens (1994 [2000: 53]) a propósito da época em que vivemos, são “sentimentos de desorientação e mal-estar”, isto é, digo eu, crises de reconhecimento de identidade, como a que me ataca sempre que alguém de um qualquer centro de atendimento telefónico me trata por Senhor Carlos, num misto paradoxal de formalidade (Senhor) e familiaridade (Nome Próprio) que não parece ter outra intenção senão a de colocar-me no divã do psicanalista.

Partindo do pressuposto de que, nas línguas naturais, as formas de tratamento constituem um dos mais óbvios elos de ligação entre a própria estrutura da língua e a estrutura da sociedade, no sentido em que reflectem a organização da sociedade em termos de instituições (a família, os sistemas jurídico e educativo, etc.) e de estratificação (idade, classe, género, profissão, educação, etc.), parece-me óbvio que os “sentimentos de desorientação e mal-estar” que podemos associar ao uso das formas de tratamento em Portugal decorrem das transformações referidas no início desta comunicação e da constante re-estruturação de práticas e processos sociais.

Considerando o carácter dinâmico e constante dos processos de mudança linguística, podemos dizer que todos os momentos de uma língua podem ser vistos como momentos de instabilidade e de crise. Mas não é desse tipo de crise que falo quando me refiro às dimensões da mudança no uso das formas de tratamento. Aquilo de que falo é da acomodação da língua ao uso, da estruturação e organização da lexicogramática como resposta às necessidades dos falantes. E como as necessidades dos falantes neste final de um milénio e princípio de outro são as necessidades de uma sociedade pós-tradicional, uma sociedade em que, no dizer de (Giddens, 1994 [2000: 103]), “os laços sociais têm de ser *construídos*, ao invés de herdados do passado (...), uma ordem social descentralizada em termos de *autoridades*, mas recentralizada em termos de oportunidades e dilema, dado estar focalizada em novas formas de interdependência”, é natural que a lexicogramática, a língua, registre traços dessa mudança em que a construção desses novos laços e

relações sociais são nela configurados em processos de significação linguística também eles novos, mesmo que não reconhecíveis por grande parte dos falantes, como acontece comigo, quando não me reconheço na forma de tratamento “Senhor Carlos”.

Concordando ou não concordando com os termos em que estou a colocar o problema, o certo é que não parecem restar dúvidas de que o uso das formas de tratamento em português europeu está em profunda mudança, como atesta, por um lado, o uso generalizado do pronome *si* em contextos em que o mesmo não seria previsível, como quando o empregado ao balcão do café pergunta ao segundo de dois novos clientes que acabaram de entrar, “E para si o que vai ser?”, e por outro, a quase generalização do uso de *você* em vez de *o Senhor, a Senhora, etc.*, como no exemplo da anedota aqui enunciada, com o uso de *você* em detrimento de *o Senhor* aceite naturalmente, ou ainda o facto de nesta sala, constituída fundamentalmente por falantes de português padrão altamente escolarizados não se chegar facilmente a um consenso relativamente à definição e descrição dos contextos de uso de *você* e das *variáveis sociais a eles associados*.

Podemos com Villalva (2003b) considerar que a oposição entre informalidade e formalidade se processa a nível linguístico fundamentalmente na oposição entre o uso de *tu* e de *você*, quando afirma, a propósito das diferenças entre Portugal e Brasil, que “O contraste entre informal e formal, ou entre próximo e distante, que em Portugal se associa à oposição entre *tu* e *você* é incompreensível para a maior parte dos brasileiros”. Mas como Villalva também afirma, num outro contexto (2003a):

A marcação do grau de formalidade não se esgota na oposição entre *tu* e *você*, já que o Português faz largo uso de expressões nominais classificadoras do interlocutor. Se *tu* é a forma de tratamento que exhibe maior grau de proximidade entre o locutor e o interlocutor, *você* é a opção intermédia e tratamentos do tipo Senhor Engenheiro são aqueles que codificam a relação mais distante.

Longe de mim criticar esta apreciação e a validade da mesma do ponto de vista descritivo; porém, gostaria de trazer aqui à consideração dois exemplos de interacção em contexto universitário entre dois alunos e o seu professor, num caso por meio de um cartão deixado no cacifo do professor (texto 1), no outro por meio de uma mensagem de correio electrónico (texto 2):

Texto 1

[Nome] [data] Exmo. Sr. professor [nome],

Em virtude de o meu pai ter sido hospitalizado hoje para ser eventualmente submetido a uma operação cirúrgica amanhã, não me será possível estar presente no dia 7 do corrente para efectuar o teste de [nome de disciplina], marcado para essa data. Face ao exposto, solicito ao Sr. professor permissão para fazer o referido teste em data, próxima, a combinar. Agradecendo antecipadamente, subscrevo-me Atentamente [Nome completo]

Texto 2

Porque é que não deixa os alunos fazerem um teste de recuperação?
Eu sei que o Professor é uma pessoa extremamente ocupada, mas também acho que sabe que os meus conhecimentos são muito maiores do que os expressos na última prova de avaliação, algo que se vê pela participação nas aulas...
Um abraço e o desejo de umas férias descansadas (Você bem as merece...)
[nome próprio]

O que estes dois exemplos nos permitem equacionar está para além, por um lado, das diferenças textuais associadas a cada um dos géneros ou subgéneros em causa, e, por outro, da diferença entre as formas de tratamento usadas, *Sr. Professor*, num caso (texto 1), e *Você*, no outro (texto 2). O que eles nos permitem equacionar é que as formas de tratamento são apenas um dos aspectos das chamadas Relações do discurso, uma das três variáveis do Registo de um texto, a par com o Campo e com Modo do discurso (*vd.* Halliday, 1978 e 2004, por exemplo). Com isto quero dizer que à ritualização das relações sociais, forma padronizada de definição de papéis sociais, expressa no texto 1, o texto 2 não opõe a destradicionalização e desritualização das relações sociais, para que a manifestação das diferentes formas de tratamento parece apontar; ao contrário, no texto 2, o que temos é a desvinculação de todo e qualquer processo de ritualização como forma de afirmação de identidade, o que se manifesta não apenas nas formas de tratamento usadas (*Professor* a par de *Você*), mas no resto dos aspectos da variável Relações do discurso: por exemplo, a ausência de uma expressão de saudação inicial ou de qualquer Vocativo, o envio de um “abraço”, a expressão de desejo de “uma férias descansadas” ou a assinatura apenas por meio do nome próprio. O que o aluno do texto 2 está a fazer é a negociar a sua identidade, recusando papéis predefinidos e afirmando “Estes são os meus termos e não aceito outros para me definir”. O que o aluno do texto 2 está a fazer é

exactamente o mesmo, embora com níveis de explicitação e provocação diferentes, que um conjunto de outros alunos como ele fez, há cerca de 15 anos atrás, nos idos de 1992, quando numa cerimónia pública, num anfiteatro cheio de gente, viraram as costas ao então Ministro da Educação, Couto dos Santos, baixaram as calças e mostraram-lhe os seus rabiosques, para o efeito maquilhados, um a um, com as letras da expressão “Não Pagamos”. Estávamos no apogeu da luta contra as propinas, mas mais do que a recusa das propinas, o que ficou foi a ideia de que nada voltaria a ser como dantes, como se veio a confirmar pouco tempo depois com aquela que veio a ser designada de “geração rasca”, a dos alunos do secundário que se manifestaram contra a então Ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite. E se tal designação apontava na altura, criticamente, para a ausência nesses alunos de qualquer princípio de responsabilidade ou de auto-responsabilidade, o certo é que os comportamentos desses e dos outros alunos ficam para história como exemplos, sinais, traços da mudança de uma sociedade tradicional para uma sociedade pós-tradicional.

Efectivamente, e citando mais uma vez Giddens (1994 [2000: 56-57]), estes são exemplos de que “Somos apanhados em *experiências quotidianas* cujos resultados, num sentido genérico, estão tão em aberto como o estão aqueles que afectam a humanidade no seu conjunto. As experiências quotidianas reflectem a mudança de papel da tradição (...), dizem respeito a aspectos essenciais relacionados com o self e a identidade, mas implicam, também, uma multiplicidade de mudanças e adaptações na vida diária”.

Exactamente na mesma linha de sentido, ficarão também para essa história de mudança as interpelações directas de Margarida Marante e de outros jornalistas televisivos a ministros e primeiros-ministros, usando apenas, quer como vocativo, quer como forma de tratamento, o nome e o apelido das pessoas em causa. Nesse caso concreto, estávamos perante aspectos particulares de um fenómeno que veio a ser identificado como a coloquialização ou, mais concretamente, a conversacionalização do discurso, isto é, a modelação do discurso público em função das práticas discursivas da vida quotidiana. Nas palavras de Fairclough (1993: 140):

Conversationalization is a striking and pervasive feature of contemporary orders of discourse. On the one hand, it can be seen as a colonization of the public domain by the practices of the private domain, an opening up of public orders of discourse to discursive practices which we can all attain rather than the elite and exclusive traditional practices of the public domain (...). On the other hand, it can be seen as an appropriation of private domain practices by the public domain (...).

De que forma a conversacionalização e a coloquialização do discurso estão a afectar, por sua vez, a vida quotidiana e a percepção de si e do outro é algo que está

ainda para ser estudado. No caso português, não tenho dúvidas de que esse aspecto está a ajudar a criar novos enquadramentos para a expressão da identidade, de que as formas de tratamento são um bom exemplo. A mudança social e cultural pode, proveitosamente, ser vista à luz da mudança linguística. Aliás, parafraseando as palavras de Fairclough (1992: 1), podemos dizer que as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais vastos, de tal forma que, como tem vindo a ser reconhecido, a análise linguística pode ser proveitosamente usada como método de estudo da mudança social.

Daí que com um enunciado do tipo “As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu”, que serve de título a esta comunicação, pretenda muito mais trazer à observação e à discussão a mudança social do que propriamente a mudança linguística. As dimensões da mudança são as referentes a uma outra visão do outro, a uma outra visão de nós próprios, em que as relações interpessoais se constroem contextualmente a partir de uma base de maior igualdade em termos de estatuto entre os actores sociais. Trata-se fundamentalmente de uma mudança no sistema de face e de solidariedade, isto é, no modo como os actores sociais constroem e codificam o seu posicionamento relativo na teia de relações interpessoais que estabelecem e nas assumpções que são invocadas nessa construção e codificação. Como frisam Scollon & Scollon (1995 [2001: 45]):

Participants make certain assumptions about their relationships and about the face they want to claim for themselves and are willing to give to other participants in any communicative situation. In addition to these unmarked assumptions, participants also undertake a certain amount of negotiation of their relationships as a natural process of change in human relationships.

Como já terá ficado claro, a minha preocupação aqui não é tanto de ordem linguística, como no caso da famosa distinção de Brown & Gilman (1960) relativa aos pronomes de poder e de solidariedade, mas de ordem social.

Nesse sentido, e usando em parte conceitos das categorizações de Scollon & Scollon relativas à expressão da cortesia (1995), diria que estamos presentemente a sofrer as transformações da passagem de um sistema de face e solidariedade de base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento. No primeiro, o de base hierárquica e deferencial, que diria tradicional, os actores sociais, por um lado, reconhecem e respeitam as diferenças sociais que os colocam em posições relativas no quadro das relações interpessoais, e, por outro, usam estratégias de distanciamento e de deferência relativamente ao outro. No segundo, o de base igualitária e de envolvimento, que diria pós-tradicional, os actores sociais não sentem que existam diferenças de poder e de envolvimento entre as pessoas

com quem interagem e codificam as suas relações em termos de proximidade e de familiaridade. Ou seja, e para citar António Barreto (1996: 59), a propósito d’“A situação social em Portugal, 1960-1995”, “Na sociedade portuguesa, aberta ao mundo pela imigração, pelos meios de comunicação de massas, pela integração europeia e pela globalização dos mercados, todas as expectativas são permitidas”.

Para terminar, e em função desta minha descrição e problematização parece-me claro que urge fazer uma nova descrição e sistematização das formas de tratamento usadas em português europeu, mas já agora façamo-la não numa perspectiva meramente linguística, mas também e fundamentalmente numa perspectiva sociológica e crítica que enquadre a mudança no uso das formas de tratamento no quadro das transformações sociais e culturais que se têm vindo a operar em Portugal.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Instituto de Linguística Teórica e Computacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, A. (1996): Três décadas de mudança social. In Barreto, A., org.: A situação social em Portugal , 1960-1995. Lisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 35-60.
- Brown, R. & A. Gilman (1960): The pronouns of power and solidarity. In Sebeok, T. A., ed.: *Style in language*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology: 253-276.
- Fairclough, N. (1992): *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity press. Fairclough, N. (1993): *Critical Discourse Analysis and the Marketization of Public Discourse: The Universities*. *Discourse and Society*, 4 (2): 133-168.
- Giddens, A. (1994): Living in a post-traditional society. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash, *Reflexive Modernization. Politics, Traditions and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press: 56-109 Tradução portuguesa (2000): *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta Editora: 53-104.
- Halliday, M. A. K. (1978): *Language as Social Semiotic*. In *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold: 108-126.
- Halliday, M. A. K. (2004): *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd Ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Arnold. Scollon, R. & S. W. Scollon (1995) *Intercultural Communication: A Discourse Approach*. Oxford: Blackwell. 2nd Ed.: 2001.

- Villalva, A. (2003a): A face linguística das relações de poder. *Notícias da Amadora*, 27 de Março de 2007. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=1878&coddoss=72>
- Villalva, A. (2003b): *E se os brasileiros descobrem que os portugueses acham que eles falam Brasileiro? Parte II*. *Notícias da Amadora*, 31 de Março de 2007. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=3226&coddoss=72>

